



## **A volta às aulas presenciais exige a organização para a luta pelas reivindicações dos estudantes**

A Pandemia não foi respondida de forma independente pelas direções do movimento estudantil. Desde 2020, a política burguesa de isolamento social (um tipo de quarentena de classe) foi imposta no País, pelos governos burgueses, e não houve resposta das direções em geral, e estudantis, em particular. O que quer dizer que o destino dos estudantes foi entregue aos governos, tanto estaduais quanto federal, e seus lacaios que administram as universidades públicas, e aos dirigentes das universidades privadas. Estes provaram, de forma contundente, que não são capazes de proteger a vida da maioria explorada. Os mais de 600 mil mortos e 10% da população contaminada são um atestado de incapacidade para fazê-lo. Hoje, a política burguesa do isolamento social está completamente falida. Tudo volta a acontecer como antes, com a diferença da vacinação completa de cerca de 58% da população. O último ponto dessa política, as escolas, estão retornando aos 100% de ocupação. Exceções ocorrem no ensino superior, onde a casta burocrática que dirige as universidades tem maior influência junto aos governos.

Os dirigentes das universidades empurraram aos estudantes o ensino remoto, uma forma de Ensino a Distância (EaD). Levaram ao ponto mais alto a separação entre o sujeito e o objeto de estudo, intrínseca ao capitalismo. A Educação é arrastada ao ponto mais precário. Acirram-se os abismos sociais entre os estudantes, que levam a maior distância na aprendizagem. A volta às aulas presenciais marca mais fundo essa distância, entre os que acompanharam o EaD e os que não puderam fazê-lo, ou tomaram o rumo da evasão escolar, que, somente em 2020, atingiu mais de 4 milhões de estudantes, dentre os ensinos básico e superior. Também, durante o esvaziamento das universidades, as reitorias e governos aproveitaram para realizar mais ataques ao ensino público e gratuito, bem como aumentaram o autoritarismo. Reitores foram indicados e empossados sem nenhum apoio entre os que estudam e trabalham. Aspectos da permanência

estudantil foram atacados. A privatização foi incrementada. O jubileamento expulsou muitos estudantes. Demagogicamente, alguns reitores e diretores de unidades choraram as mortes por suicídio de seus alunos, enquanto na véspera apoiaram ou se omitiram quanto às medidas que os pressionaram na depressão.

O movimento estudantil foi paralisado. A não ser para a realização de atos de caráter eleitoral e parlamentar. As direções das organizações estudantis, principalmente da União Nacional dos Estudantes (PCdoB/PT) se recusaram a convocar assembleias presenciais para discutir e aprovar as reivindicações e medidas de ação para responder de forma independente à Pandemia, mas chamaram os estudantes para irem às manifestações festivas, sob bandeiras burguesas. De mãos dadas com as direções sindicais, anularam qualquer possibilidade de resposta de luta coletiva, em favor de negociar no campo dos ataques estabelecidos pelos adversários de classe. Têm grande responsabilidade pela ausência de resposta geral à catástrofe social que se impôs no país, ao indicarem como resposta a possível troca de um governo burguês por outro, em 2022, que supostamente atenderia às reivindicações.

Os estudantes devem exigir de suas direções a convocação de assembleias gerais presenciais, que possam discutir a aprovar as reivindicações e as formas de luta para enfrentar o retorno às aulas. Fazer um balanço da nefasta política de conciliação de classes, que subordinou o movimento à politicagem burguesa e desarmou as massas. E construir novas direções, classistas e revolucionárias, que possam encabeçar a mobilização independente pelas reais e imediatas necessidades. Reivindicar das direções das organizações de massas que convoquem as bases, para discutir e aprovar uma carta de reivindicações, dirigida aos governos, a ser defendida com um dia nacional de luta, com paralisações e protestos, como um passo na direção de uma greve geral.

## **USP: OMISSÃO DAS DIREÇÕES ESTÃO CONDUZINDO O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA USP À DERROTA EM SUA LUTA PELA MORADIA**

Em julho, os moradores regulares do bloco D do Conjunto Residencial da USP (CRUSP) foram notificados com um “pedido” de desocupação de seus apartamentos sob o pretexto de uma reforma, que deve durar um ano. Aos moradores regulares foram dadas duas opções: serem realocados para outro bloco (supondo que isso fosse possível, tendo em vista o déficit de vagas) ou receber um auxílio-moradia de R\$ 500 (muito aquém do valor de qualquer aluguel nos arredores da universidade). Aos moradores irregulares não foi garantida qualquer alternativa.

Esse ataque ao direito de moradia ocorreu em sequência ao anúncio de parcerias entre a reitoria da universidade

e empresas privadas para a concessão de bolsas de auxílio-moradia e a instalação de uma faculdade privada do banco BTG dentro do campus Butantã, no qual houve a reforma de uma base permanente da polícia militar – que se tem apresentado cada vez mais ostensiva dentro da universidade, ao ponto de deter um morador do CRUSP, já no início de agosto.

Nos últimos três meses, o que predominou foi o total abandono, omissão e capitulação das direções do movimento diante do ataque da reitoria. A direção da Associação de moradores do CRUSP (AmorCRUSP), expressou sua invalidez na medida em que entregou a direção física e

política do movimento de moradores a um comitê formado de improviso, composto por moradores e apoiadores externos. A direção do DCE (PT/PCdoB) sustentou, direta e indiretamente, os ataques da reitoria e governo do estado, chegando ao ponto de utilizar uma de suas páginas oficiais para compartilhar o posicionamento oficial da reitoria frente à reforma, em contraposição às reivindicações do movimento. Também se opôs à convocação de uma assembleia geral presencial para organizar a luta contra esse novo ataque. A direção do centro acadêmico XI de agosto (PSOL), da Faculdade de Direito, buscou, por sua vez, subordinar o movimento à via jurídica, afastando-o da organização e

luta por meio de seus métodos próprios.

Como consequência da política das direções, a desocupação do bloco D encontra-se muito perto de ser efetivada e a USP de ter um bloco a menos para servir de moradia. Câmeras de vigilância e controle de acesso estão sendo instalados em todos os demais

blocos do CRUSP para controlar o acesso e ampliar o cerco sobre os irregulares.

O POR interveio ao longo de todo o processo expressando as reivindicações do movimento, dentre elas o controle estudantil da reforma, a devolução dos blocos K e L para servir de moradia (tomados ainda durante

a ditadura militar), a desativação da base da PM no campus, e a efetivação de todos os moradores irregulares, em choque com a reitoria, e defendendo a organização e luta dos estudantes por meio de seus métodos próprios, rechaçando qualquer política de conciliação e subordinação à via institucional.

## **Combater o desmonte e ingerência nas universidades federais com os métodos de luta próprios do movimento, rechaçando a subordinação à via institucional**

Ao longo de 2021, diversas universidades federais – dentre elas UFRJ, UFMG, UNIFESP, UFABC e muitas outras – declararam o risco de fechamento ou de suspensão de muitas de suas atividades básicas por falta de verbas. Agora em outubro, sofreram mais um golpe, expresso pelo corte da ordem de R\$ 600 milhões no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Esses acontecimentos expressam a continuidade do processo de desmonte da educação pública subordinado a interesses privatistas, algo que se vem potenciando desde 2014, quando a crise econômica global deflagrada em 2008 passa a atingir mais diretamente o país.

O diferencial do governo Bolsonaro, em relação aos seus predecessores que desenvolveram essa política, é o seu aberto viés ideológico e sua política de intervenção direta sobre as universidades federais. As nomeações dos criacionistas ligados ao Mackenzie, Milton Ribeiro, para o MEC, e de Benedito Guimarães de Aguiar Neto, para a presidência da CAPES, foram acompanhadas por mais de 20 nomeações de reitores em universidades federais, e que não estavam em primeiro lugar na consulta pública.

Diante desse cenário de desmonte da educação pública e intervenção direta do governo federal sobre as universidades, o movimento estudantil se mantém contido por suas direções, sobretudo a UNE, com uma política de capitulação e subordinação à via institucional que contribuiu para o avanço da crise nas universidades públicas. Até outubro deste ano, a UNE manteve sua política de completa paralisia nas universidades e apoiou o ensino remoto sob o pretexto do isolamento social.

No caso particular da nomeação de reitores por parte do governo, a todo momento a UNE e as demais direções

estudantis estiveram subordinadas à uma disputa interburguesa, questionando meramente o fato de que as nomeações de reitores feitas pelo governo federal não estiveram subordinadas a uma consulta pública. Nesse sentido, se resumem à defesa de “eleições democráticas” para reitor, defendendo uma falsa noção de “autonomia universitária”, se aliando a setores que representam a burocracia que atualmente ocupa as reitorias e os conselhos universitários e que se opõem formalmente ao governo.

Esses setores, contudo, são constituídos sobretudo de uma pequena burguesia que não abre mão de sua posição de comando nas universidades, pois visa à manutenção de seus interesses privatistas próprios (privatização de serviços como os restaurantes universitários, limpeza, segurança, transporte, etc.), e que dependem do parasitismo dessas instituições públicas. Não por acaso, como já expressei aqui, o processo mais recente de desmonte do orçamento das universidades federais e avanço do privatismo, que começou ainda antes do governo Bolsonaro, contou com a concordância dessa burocracia universitária. O choque entre burocracia universitária e governo federal se dá apenas na medida em que este, em particular, visa a ampliar sua ingerência sobre as universidades, reduzindo a autonomia daquela, para atender a interesses de outras frações burguesas, muitas das quais visam à privatização integral das universidades federais, não se limitando ao mero parasitismo.

A bandeira que efetivamente defende a real autonomia universitária e em oposição a qualquer avanço privatista, independentemente de qualquer fração burguesa que a conduza, é a do governo tripartite nas universidades – subordinado à assembleia geral universitária, composta por professores, estudantes e funcionários, e expressando a real autonomia universitária.

## **MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE À PROFESSORA MÔNICA MORAIS**

Diante da decisão arbitrária do Conselho Escolar, da Escola Estadual Profa. Ivani Machado Bezerra (São Gonçalo do Amarante/RN), de remover a professora Mônica Moraes, sem que pudesse sequer ter seu direito ao contraditório e à ampla defesa garantido, uma vez que a professora foi convocada à Reunião do Conselho Escolar sem antecedência mínima exigida pelo estatuto, sem saber do assunto que seria tratado e sem ter tido acesso, antes da reunião, ao “Relatório Pedagógico e Administrativo” que serviu de base para a decisão;

Diante das acusações, que constam no “Relatório Pedagógico e Administrativo”: 1) a professora teve sua aula gravada em 2019 por duas alunas, sob a alegação de que “a aula não deveria ser sobre política”, e que uma mãe denunciou que a escola estava “doutrinando” as crianças “com viés

comunista e petista”; 2) a professora se negou a dar aulas remotas, quando estas se tornaram obrigatórias; 3) uma série de fatos desconexos, a partir de relatórios, em que a gestão da escola convenceu uma parte dos alunos a assinar objeções em relação às aulas da professora.

Diante dessas três acusações, a professora Mônica demonstrou: 1) foi arbitrariamente filmada em sua aula, com um claro objetivo de perseguição política, e que, na época, tanto ela quanto a escola foram, na verdade, vítimas de ataques da ideologia da “Escola sem Partido”; 2) a professora comprovou ter respondido às aulas remotas, como consta do Ofício enviado por ela, de 3 de novembro de 2020, e de sua “Proposta de reposição das aulas não-presenciais” enviada à escola dentro do prazo estabelecido; 3) os relatórios, os

quais uma parte dos alunos foi convencida a assinar, retratam situações que já foram resolvidas entre a professora e os alunos; 4) No “Relatório Pedagógico e Administrativo” não consta, em nenhum momento, a versão da professora e o desfecho das situações descritas.

Trata-se de clara perseguição política à professora Mônica, que se configura tanto no caso da gravação arbitrária de sua aula, quanto nas falsas acusações contidas no “Relatório Pedagógico e Administrativo”, claramente orquestradas por aqueles que se guiam contrários ao direito de cátedra e de expressão.

**Sindicatos, entidades e movimentos defendem que o Conselho Escolar anule a sua decisão, retire as falsas acusações e reconduza a professora Mônica às suas aulas.**